

CADERNOS DE PESQUISA

REFLEXÕES DIACRÔNICAS

Maria Antonieta A. de Mendonça Cohen

Cohen, Maria Antonieta A. de Mendonça
Mendonça

Reflexões diacronicas

LETRAS

808.8

C122

1995

v.30

NAP
q

Núcleo de Assessoramento à Pesquisa

Faculdade de Letras

U F M G

REFLEXÕES P

Maria Antonier
Cohen, Maria Antonieta A. de M
endonça

Reflexões diacronicas

308.8/C122/1995/v.30

UFMG — BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

Cohen, Maria Antonieta A. de M
endonça

Reflexões diacronicas

308.8/C122/1995/v.30

(13517960 1/96)

100/02/65
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITARIA



0135179601

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Dezembro 1995

120 x 200

MOD. BU - 013 MAIO/95 50.000

NÚCLEO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA DA FALE/UFMG

Diretora da Faculdade de Letras
Profa. Rosângela Borges Lima

Vice-Diretora
Profa. Prosolina Alves Marra

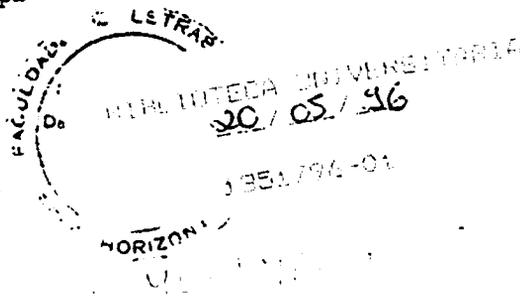
Coordenador do NAPq/FALE
Prof. Luiz Carlos de Assis Rocha

Subcoordenadora
Profa. Maria Zilda Ferreira Cury

Chefe da Seção de Apoio Acadêmico
Funcionária Vera Lúcia Moreira

Projeto Gráfico da Capa
Sôna Márcia Correa
Cláudio Rezende

Editoração Eletrônica
Rodrigo Braga Lara



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Núcleo de Assessoramento à Pesquisa
Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - sala 4004
31270-901 - Belo Horizonte - MG - BRASIL

RESUMO

Este volume do caderno do NAPQ reúne três trabalhos que procuram apresentar uma visão crítica dos estudos de Linguística, enfocando:

a) uma visão crítica dos estudos de Linguística Histórica no Brasil, bem como posicionamentos possíveis frente aos fenômenos diacrônicos;

b) uma avaliação das dimensões do eixo conceitual sobre estudo da linguagem, sustentado pelo Projeto da Gramática Comparada, e de suas repercussões subseqüentes;

c) Um estudo dos processos de mudança ou fenômenos de retenção envolvidos no sintagma verbal do português numa abordagem sincrônica e diacrônica.

APRESENTAÇÃO

Cosme Damião da Silva

O interesse dos trabalhos dos professores Hugo Mari e Maria Auxiliadora da Fonseca Leal reside, entre outros, no fato de que ambos nos chamam a atenção para o problema da mudança lingüística. Nesse sentido, os dois têm um objetivo comum.

Comecemos pelo trabalho do professor Hugo.

Sem querer entrar em pormenores, que poderiam privar o leitor de detalhes que o texto revela, gostaríamos de mostrar três aspectos que o artigo suscitou em nós.

Em primeiro lugar, o esquema genérico e suas combinações possíveis bem como seus efeitos de transformação diferenciados:

Se_i/So_i (+original) → CAUSA. → Se_i/So_i (\pm original)
(+ novo)

Esse esquema, por si bastante esclarecedor, nos dá ainda ocasião de estabelecer um confronto com a perspectiva de M. Pêcheux, ao falar de efeito metafórico:

“Chamaremos de efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y,” (“Análise automática do discurso”, p.96, in Por uma análise automática do discurso. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas: UNICAMP, 1990).

Um segundo aspecto está relacionado com o seguinte passo:

“na impossibilidade de se dar à noção de causalidade uma dimensão mecânica, justificada no interior do próprio sistema, buscou-se a partir de uma avaliação de marcas do produto (So), criar uma tipologia de causas, o que acabou por gerar uma preocupação classificatória para elas, sem muita consistência na explicação dos fatos; daí causas

Essa passagem, conforme se vê, nos dá margem a pensar que o uso ou não da preposição não é indiferente. E se, em determinada época, a preposição era obrigatória, é porque haveria uma diferença semântica entre *dever* e *dever de*?

Se não se trata de “variantes livres”, do ponto de vista sincrônico, pelo menos, do ponto de vista diacrônico, parece que essa variação implica um modo de ver o verbo *dever* diferentemente de uma época para outra.

Um segundo aspecto nosso surge a partir de considerações a respeito do verbo *começar*.

Começar sofreria uma diferenciação semântica, caso esteja usado com ou sem preposição?

Começar a fazer / *começar fazer*?

O fato de se considerar o verbo *começar* como auxiliar ou como não auxiliar acarretaria uma mudança semântica significativa?

Uma terceira indagação que o texto nos suscita, à margem e/ou a propósito:

Por que determinadas construções desaparecem? Seria por mero “desgaste”? Por mero uso?

No português antigo, por exemplo, podemos nos deparar com construções como:

. João costumava de passear no bosque.

. Maria ousava de sair sozinha à noite.

Será somente porque os costumes e o grau de ousadia eram diferentes?

Na verdade, nada, ao que parece, impede que construções desse tipo voltem a ser usadas algum dia.

Se hoje se diz *cismar de*, *evitar de*, pode ser que venhamos, com mais ou menos dias, usar *costumar de*, *ousar de*...

Quem sabe então, teremos oportunidade de entender melhor a causa dessa mudança (retorno) lingüística?

SUMÁRIO

A Lingüística Histórica no Brasil	11
<i>Maria Antonieta A. M. Cohen</i>	
A Positividade do Significante: Um modelo metodológico para a linguagem	24
<i>Hugo Mari</i>	
Complementos Preposicionados no Sintagma Verbal do Português: Uma abordagem sincrônica e diacrônica	42
<i>Maria Auciliadora da Fonseca Leal</i>	

sociais, políticas, econômicas, históricas e lingüísticas, num processo sem muito critério para esse recorte pretendido.”

Essa passagem do texto do Hugo nos remete, por sua vez, ao tratar da busca de uma causa para a mudança semântica, nos remete, repetimos, à perspectiva de Coseriu:

“a mudança lingüística tem, efetivamente, uma causa eficiente, que é a liberdade lingüística, e uma razão universal, que é a finalidade expressiva (e comunicativa) dos falantes” (p. 175/176, in *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença, 1979).

O problema maior da mudança lingüística, conforme nos mostra Hugo Mari, resulta de como conciliar o SER (da linguagem) com o seu DEVIR.

Poderíamos dizer que o SER da linguagem consiste (é, está) no seu DEVIR?

É o que nos propõe Coseriu, quando afirma, por exemplo:

“A língua se faz mediante a mudança, e morre como tal quando deixa de mudar.” (Idem, *ibidem*, p. 237).

Como fizemos a propósito do texto de Hugo Mari, também gostaríamos de mostrar três aspectos suscitados em nós pelo artigo de Maria Auxiliadora.

Em primeiro lugar, consideramos a seguinte passagem sobre o verbo dever:

“A presença da preposição parece fortalecer o sentido de ‘obrigação’ ou ‘precisão de resultado’. Já a sua ausência suaviza a obrigatoriedade do fato, indicando ‘probabilidade’.”

A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA NO BRASIL

Maria Antonieta Amarante de M. Cohen
Departamento de Letras Românicas
Faculdade de Letras - UFMG

Resumo

Apresenta-se uma visão crítica dos estudos de lingüística histórica no Brasil, bem como posicionamentos possíveis frente aos fenômenos diacrônicos.

Os estudos de natureza diacrônica praticamente não tiveram lugar dentro do que se chama lingüística moderna, no Brasil; pelo menos era esta a situação até os anos oitenta. Os estudos de história das línguas: portuguesa ou não, românicas ou não; lingüística histórica, diacrônica, independente do nome que se lhes queira atribuir, ficaram agrupados sob o rótulo 'filologia' ou 'gramática filológica'.

Tais estudos se caracterizavam pelo atomismo no tratamento dos fatos lingüísticos apresentados; ou seja, estes, via de regra eram coletados em textos escritos literários, eram simplesmente arrolados, sem uma preocupação com seu encaixamento no sistema lingüístico a que pertenciam. Este atomismo, típico tanto da gramática histórica filológica, quanto dos comentários lingüísticos encontrados nas edições críticas de texto, apesar de indispensáveis pelo fato de registrarem fatos lingüísticos, não lograram alcançar o grau de generalização necessário a uma análise propriamente lingüística.

Não pretendo fazer uma historiografia da lingüística e da filologia no Brasil - para isso remeto a Naro (1976): "Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil", a Taralho (1984) "A Fênix finalmente renascida", e a Mattos e Silva (1988): "Fluxo e

refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil" e (1991) "Lingüística Histórica e Filologia hoje: redefinindo fronteiras" - mas apresentar posicionamentos possíveis perante os estudos de lingüística histórica no nosso contexto acadêmico-científico.

Primeiramente, voltemos à questão da irrelevância da lingüística histórica nos estudos da lingüística moderna brasileira e ao porquê desta situação.

Na minha visão, os estudos lingüísticos brasileiros oscilaram entre dois pólos: um pólo prescritivista, da gramática portuguesa, lado a lado com a herança da filologia comparada dos fins do século passado - chegada até nós através dos filólogos lusitanos ou de formação lusitana - que impunha o pressuposto de que um estudo científico da linguagem tinha obrigatoriamente de ser histórico (Lepschy, 1986); e um pólo descritivista, herança dos estruturalismos lingüísticos, tanto europeus saussureanos, quanto norte-americanos (a partir de Bloomfield; no Brasil, Mattoso Câmara) em que a atitude do lingüista em relação à língua era sincrônica, não sendo admitidas incursões diacrônicas nas suas descrições: o sistema lingüístico tinha de ser descrito 'per se', desvinculado do contexto histórico-cultural em que a língua se inseria. No momento estruturalista brasileiro, todo e qualquer prescritivismo e historicismo foram rechaçados, e a língua passou a ser descrita independentemente do homem que a falava e do contexto que a produzia. A influência do sincronismo nos estudos lingüísticos brasileiros foi tão grande que nem mesmo a História e Estrutura da Língua Portuguesa, de Mattoso Câmara, que tratava da língua diacronicamente, numa abordagem estruturalista, fazia parte das bibliografias dos currículos de Letras. Dessa forma vê-se que passou despercebida, ou foi realmente desconhecida no Brasil, a resolução dos lingüistas da escola de Praga, Jakobson e Troubezkoy, dentre outros, apresentada ao I Congresso Internacional de Lingüistas em 1928, de que o aspecto diacrônico das línguas é tão passível de análise estrutural quanto o sincrônico (Cf. Bynon, 1977:1).

Conseqüentemente, a história das línguas como que passou a não existir dentro desta visão. Nesse contexto, surgiram perguntas mal formuladas tais como: para quê saber que o português vem do latim? Não é necessário saber latim para se falar português... Houve uma super-valorização da atitude sincrônica do lingüista em relação à linguagem, que vê a língua como um objeto estático, concomitante a uma super-valorização da língua falada como objeto de estudo, em detrimento, respectivamente, da história da língua, da visão da língua como um objeto variável e dinâmico, e também dos textos escritos, como 'corpora' onde coletar dados lingüísticos.

Como se pode perceber, agrupei, de um lado, a gramática tradicional de cunho prescritivista junto àqueles que só entendiam como científica uma abordagem histórica da linguagem, pois essas duas atitudes me pareceram inevitavelmente vinculadas na postura dos gramáticos brasileiros tradicionais - e de outro, a lingüística descritiva, que rejeitava o historicismo, pois esta tem sido indubitavelmente a postura da maioria dos lingüistas modernos brasileiros.

Apesar de a lingüística histórica não ter representado no Brasil uma corrente lingüística de prestígio - e para verificar isso basta que consultemos anais de congressos e encontros de lingüística, ou bancos de dados dos órgãos financiadores de pesquisa, ou a literatura lingüística brasileira, em que a porcentagem de trabalhos/projetos de pesquisa nessa área é baixa em relação às demais. (Cf. Mattos e Silva (1988), para dados precisos) -, apesar disso, a perspectiva para a lingüística histórica no Brasil é promissora. Pelo menos, a fase do exagero descritivista já passou, e existe claramente, por parte de alguns, uma tentativa de equilíbrio no propósito de associar os ganhos da lingüística sincrônica estrutural - que não foram poucos - aos estudos diacrônicos. A lingüística histórica está sendo resgatada, revisitada, reinterpretada, sob uma roupagem nova, à luz dos avanços da lingüística sincrônica.

Da mesma forma que o historicismo dos filólogos brasileiros foi herança da filologia comparada europeia chegada até aqui via Portugal, tendo como representantes Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e, no Brasil, Serafim da Silva

Neto, dentre outros, os estudos sincrônicos foram importados através de pesquisadores enviados ao exterior em programas de pós-graduação. Apesar de já em 1961 existir nos Estados Unidos um interesse renovado por questões de mudança lingüística, reiniciado, por exemplo, a partir do trabalho seminal de Greenberg intitulado "Some universal of Grammar with particular reference to the order of the meaningful elements", não foi nessa vertente que os lingüistas brasileiros enveredaram, mas na vertente sincrônica, especialmente estruturalista e gerativista. Talvez se possa falar aqui de servilismo a idéias importadas, principalmente a idéias sincrônicas importadas. O que se desenvolveu nos estudos *diacrônicos* a partir dos anos 60 fora do Brasil e mesmo no Brasil, não foi conhecido por nós - com raras exceções, por exemplo Naro (1973) Estudos Diacrônicos - o que não que dizer que esta área tenha se estagnado.

Segundo Hock (1986) a lingüística histórica é constituída por 'camadas' diferentes que foram se incorporando através do tempo e se estabelecendo como tal. Há uma multiplicidade de abordagens: desde idéias neogramáticas sobre mudança fonética e analogia, até idéias contemporâneas sobre mudança de regras e mistura de línguas. Vejam-se, por exemplo, manuais de lingüística histórica, como Bynon, (1977) reeditado em (1983) e (1994), ou Jeffers & Lehiste (1979), reeditado em 1982 e 1984, cujas organizações refletem essas camadas: o modelo negramático, o modelo estruturalista, o modelo gerativo-transformacional, contacto entre línguas. Também aqui entre nós estas camadas poderiam, em princípio, ter sido identificadas se não houvesse escassez de atividade nessa área.

Partindo desta constatação, de que a lingüística histórica é, na verdade, constituída por camadas de teorias/arcabouços de descrição lingüística, pressupostos a respeito da mudança lingüística, vê-se que ainda hoje, em parte como consequência desta história diversificada, em parte por dificuldades inerentes à própria natureza da mudança lingüística, a lingüística histórica apresenta várias vertentes, maneiras diversas de interpretar o fenômeno da

variação e da mudança lingüística através de modelos ou de fragmentos de modelos que tratam da mudança e da variação. Não existe um modelo teórico de mudança lingüística que todos possam subscrever. Há tentativas de se estabelecerem modelos e mesmo fragmentos de modelos, mas não há uma teoria incontroversa de mudança lingüística.

Apresentaremos a seguir de algumas destas abordagens.

Na base dessas diversas maneiras de abordar o fenômeno da mudança lingüística situa-se a própria atitude do lingüista: pelo menos duas posições podem ser identificadas (dentre os diacronistas) na tentativa de se entenderem os mecanismos de mudança:

- 1) uma, cujo principal objetivo vem a ser a explicação ou explanação de uma mudança lingüística. Quatro maneiras de se explicar uma mudança lingüística podem ser reconhecidas:
 - a) explicações que atribuem a causa da mudança lingüística a fatores externos à estrutura das línguas, como, por exemplo o contacto lingüístico, que levaria, dentre outros processos, ao empréstimo de formas de uma língua para outra. Apesar de ser a forma mais tradicional de causalidade das mudanças, esta, em última análise, transfere o problema da explicação de uma língua para outra. Assim, aventa-se, dentro desta perspectiva, a hipótese de que a presença no português contemporâneo da estratégia de relativização conhecida como 'cópia', a um empréstimo do árabe, da época da presença dos árabes na península ibérica, pelo fato de no árabe, esta ser a única estratégia de relativização existente (cf. Moreira, Júlio, 1922). Tal hipótese, se não insustentável, é de difícil comprovação.

No entanto, a influência externa sobre aspectos da sintaxe dos constituintes pôde ser comprovada apenas como fator acelerador de tendências já existentes numa determinada língua,

não como a causa das mesmas, e essas entendidas como imanentes ou internas à própria língua.

Chegamos então aqui ao segundo tipo de explicação que tem sido dada aos mecanismos de mudança lingüística:

- b) abordagens que consideram como internas as motivações para explicação de padrões sintáticos existentes numa língua e no seu desenvolvimento histórico. No caso da mudança de línguas SOV para SVO, por exemplo, a motivação para a reestruturação dos constituintes teria sido uma mudança na ordem do verbo, que teria passado da posição final para medial. Essa mudança teria ela própria uma motivação: a perda da distinção entre Nom./Ac., que teria acarretado um aumento da ambigüidade na língua e, para desambiguar a estrutura, o verbo ter-se-ia movido da posição final para posição medial.

Entretanto para esse mesmo tipo de mudança, uma outra causa poderia ser invocada, paralelamente à de natureza interna, de que falei acima - e chegamos a um terceiro tipo de causalidade:

- c) os falantes colocariam para si um 'alvo' de consistência a ser atingido e os parâmetros sintáticos se realinhariam de acordo com os mesmos. Este tipo de explicação pode ser considerada universalista ou teleológica, já que a mudança estaria obedecendo a um 'movimento em direção a', teria 'drift'.

Este tipo de explanação anterior estaria de certa forma ligado a um outro, de cunho teórico, constituindo-se o quarto tipo de causalidade de mudança. Refiro-me aqui aos processos de reestruturação lingüística, nos moldes de Lightfoot (1979), que derivariam de um princípio de gramática gerativa, o princípio da Transparência, ou às mudanças paramétricas, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros.

- 2) outra, cujo principal objetivo é o encaixamento de uma variável lingüística dentro de um processo lingüístico mais amplo. Como exemplo estão os trabalhos na linha variacionista, ao reconhecerem que uma variável lingüística está em processo de mudança: o que se tem denominado 'mudança em curso'.

As diversas 'camadas' da lingüística histórica oscilariam dentro dessas posturas enumeradas acima.

Passamos agora à apresentação de dois modelos que discutiram tópicos de lingüística românica e portuguesa. Primeiro abordarei a tipologia de mudança da ordem de constituintes ('word order change typology') e depois a linha variacionista. Ambos trouxeram uma contribuição para a lingüística histórica moderna. A escolha destes dois modelos não foi casual, mas norteadada pelo propósito de apresentar o aspecto menos explorado na lingüística histórica tradicional: a sintaxe. Como se sabe a sintaxe foi o componente da gramática menos explorado pela lingüística histórica tradicional.

Tipologia de mudança da ordem dos constituintes

Esta abordagem surgiu como consequência da aplicação dos universais de ordem dos constituintes postulados por Greenberg (1966) aos estudos diacrônicos. Algumas línguas românicas foram objeto de estudo dessa linha, especialmente o Francês (Harris, 1978); Lehmann, 1972). Pouco tem sido feito para o Português.

Segundo os resultados de Greenberg, as línguas do mundo agrupar-se-iam em tipos consistentes no que se refere à ordem básica dos constituintes em sentenças declarativas, com sujeitos e objetos nominais. Assim a ordenação de constituintes como S, V, O; Preposições x Posposições; colocação do Nome em relação ao Adjetivo e das construções do Genitivo em relação ao Nome são tomadas como parâmetros que provaram manter uma relação de

consistência entre si. O 'corpus' usado por ele consistiu de uma amostragem de 30 línguas, escolhidas, na medida do possível, de acordo com critérios genéticos e geográficos. Co base na frequência de ocorrência de cada um desses parâmetro nos dados analisados, uma relação entre os mesmos pôde ser estabelecida, tal que línguas exibindo a ordem SOV têm Posposições, e ordenam o Adjetivo e Genetivo antes do Nome: SOV/Po/AN/GN. As línguas VSO exibiram uma correlação com Pr e Adjetivos e Genitivos pospostos ao Nome: VSO/Pr/Na/NG.

No tipo SVO, o mais freqüente das combinações possíveis (SVO/SOV/VSO/VOS/OSV/OVS) - ao qual pertencem as línguas românicas - a correlação mais forte provou ser com Pr e NA, embora outras também sejam possíveis.

Além desses, outros parâmetros são também postulados por Greenberg, como: a ordem relativa do Demonstrativo em relação ao Nome (Dem.N/N.Dem), do Numeral em relação ao Nome Num/N; N/Num), da oração relativa em relação ao nome (O rel/N; N/Or. rel.), etc.

Dentro dessa linha, uma língua é considerada consistente se estes diversos padrões estiverem em harmonia entre si. Em outras palavras, uma língua é consistente se ordena modificadores e modificados consistentemente: uma língua SVO será consistente se ordenar Adjetivos e Genitivos depois do Nome, se tiver preposições, se a Oração Relativa seguir o Nome, etc, ou seja, se os modificadores seguirem os modificados. Inversamente, uma língua será consistentemente SOV se em todos os outros parâmetros os modificadores também precederem os modificados.

Idealmente, as línguas do mundo pertenceriam a um desses tipos consistentes. No entanto, esta hipótese não se mantém, dada a variação desses padrões dentro de uma mesma língua. O inglês, por exemplo, apesar de ser SVO/Pr posiciona o Adjetivo antes do Nome, ao contrário do que se esperaria de uma língua SVO. Também o Português, apesar de ser SVO/Pr/NA/NG/N/Or.Rel. apresenta algumas inconsistências, ou ordens alternativas, como AN, GN. A solução para esses 'desvios' do tipo ideal foi proposta

por Vennemann (1974) - e é uma solução que apela para a diacronia: tais inconsistências seriam uma indicação de que a língua estaria se movimentando de um tipo ideal, consistente, para outro tipo também idealmente consistente. Nesses termos a mudança lingüística teria uma direção (o 'drift' de Sapir).

À luz da proposta de Vennemann as inconsistências seriam características de uma língua TVX (T=Tópico, V=Verbo, X=Objeto ou qualquer outro complemento), um tipo de língua transitório, através do qual a mudança de SOV para SVO se processaria. (Cf. Seabra, 1994, sobre a interpretação de tópico como sujeito).

O proto indo-europeu foi classificado por Lehmann (1972) como SOV (mas veja-se Comrie, 1981, para discussão), pelo menos em algum estágio de sua evolução. O latim, por seu lado, foi classificado como ambivalente, por não se enquadrar exclusivamente em nenhum dos padrões: o latim clássico tanto possuía características SOV quanto SVO. Ele estaria, portanto, a meio caminho, entre o idealmente consistente PIE (SOV) e as línguas românicas, também idealmente consistentes SVO.

Dentro desta linha de pensamento a possibilidade de ordenação AN existente no português contemporâneo poderia ser entendida como um resquício de um padrão antigo latino ou indo-europeu VX e a história da ordem das palavras no português como a eliminação gradual das inconsistências, isto é, de padrões ainda presentes na língua. (Cf. Cohen 1986/1990 para a ordem AN no português arcaico).

Variacionismo

Esta 'camada' da lingüística histórica é uma das mais recentes. Teve seu início em 1968 com um artigo de Weinreich, Labov e Herzog intitulado "Empirical foundations for a theory of language Change" e continuou com Labov e seus seguidores e dissidentes que se intitulam ou não 'variacionistas'.

Neste artigo, (e também nos subseqüentes de Labov) enfatiza-se a necessidade de se enxergar a língua como uma 'heterogeneidade ordenada', ponto-de-vista que vem a se opor aos estruturalismos lingüísticos, que igualavam estruturação à homogeneidade. As cinco questões básicas que, segundo eles, precisam ser respondidas são : 1) a questão das *restrições*, ou seja : quais seriam as mudanças lingüísticas possíveis, quais seriam as condições possíveis para mudanças de um determinado tipo? 2) a questão da *transição* de um estado lingüístico para outro. Que estágios podem ser observados entre duas formas lingüísticas de épocas diferentes? 3) a questão do *encaixamento* da mudança, isto é, a mudança observada está associada a que outros processos de mudança, de forma a que não possa ser atribuída ao acaso? 4) a questão da *avaliação* da mudança em que termos do efeito que esta possa ter para a estrutura lingüística, para a eficiência da comunicação, e, finalmente, 5) o problema da implementação da mudança. Por que mudanças num determinado traço estrutural desencadeada por determinados fatores ocorrem numa língua mas não em outra? Ou num período de tempo mas não em outro?

Comentarei a seguir um exemplo deste tipo de abordagem desenvolvido por Tarallo (1983) e subseqüentes publicações, como Tarallo (1986) *A Pesquisa Sociolingüística*.

O processo abordado é o de relativização. Ele discute estratégias de relativização no português falado de São Paulo. Este assunto tem sido amplamente pesquisado na literatura lingüística brasileira, mas não sob um tratamento sociolingüístico.

O autor reconhece dois tipos de relativas: padrão e não-padrão. O tipo padrão é exemplificado em (1) e o não-padrão em (2).

(1) Relativas-padrão:

Eu tenho uma amiga que é ótima.

Eu tenho uma amiga que você conhece.

Eu tenho uma amiga com quem ele se encontrou no Rio.

Eu tenho uma amiga cujo marido se mudou para o Rio.

(2) Relativas não-padrão:

1. Pronome-lembrete (cópia):

Eu tenho uma amiga que ela é ótima.

Eu tenho uma amiga que você conhece ela.

Eu tenho uma amiga que ele se encontrou com ela no Rio.

Eu tenho uma amiga que o marido dela se mudou para o Rio.

2. Cortadora:

Eu tenho uma amiga que ele se encontrou no Rio.

Eu tenho uma amiga que o marido se mudou para o Rio..

(Tarallo, 1986:55/6)

A existência de relativas cortadora foi encaixada como parte do sistema pronominal, pois como se vê exemplos acima, os pronomes das relativas não-padrão podem ou não se realizar, como outros pronomes na língua, por exemplo, os de pessoa em função de objeto direto, daí que quando o pronome não aparece tem-se um caso de 'relativização cortadora'. Obviamente pressupõe-se que o pronome foi eliminado de uma estrutura onde ele apareça, como a 'relativa-lembrete'.

No paradigma das relativas, interessa mais ao presente caso aquelas que são objeto de preposição, como em (3):

- (3) a. Este é o homem com quem eu falei ontem.
 b. Este é o homem que eu falei com ele ontem.
 c. Este é o homem que eu falei ontem.

Conforme comprovado (Tarallo, 1983:208), a variante que ocorre menos nos seus dados históricos é a *b.*; a que está em decréscimo é a *a.*; e a que está em ascensão é a *c.* A causa atribuída ao surgimento e implementação da forma *c* é assim encaixada no processo geral de eliminação de pronomes anafóricos na língua, que ele observou independentemente, e assim, descrita a origem e existência deste processo de 'relativização cortadora' no português.

O processo discutido acima parece, ao meu ver, caracterizar-se tanto como teleológico, já que o surgimento da relativização cortadora parece seguir uma 'direção' geral da língua, de eliminação dos pronomes anafóricos em determinadas funções sintáticas, quanto ligar-se a causas externas, já que a observação das variáveis do processo de relativização foi empírica, presente em determinados segmentos da sociedade. Quanto às causas imanentes, estas, parece-me, ainda precisarim ser estabelecidas e explicadas, como sempre acontece com as abordagens 'teleológicas'. Este último comentário não ensombrece a contribuição deste modelo, que atinge tanto um grau elevado de adequação empírica, quanto um grau razoável de explanação.

Uma vez apresentados estes dois exemplos de estudos de orientação diacrônica eu gostaria de abordar o aspecto da relação sincronia/diacronia. Como disse no início, os estudos lingüísticos têm sido predominantemente sincrônicos no Brasil. Cabe aqui uma pergunta: como se justifica a necessidade de uma abordagem diacrônica para os fenômenos lingüísticos?

A minha resposta a esta pergunta seria a de que há processos na língua que só serão entendidos se forem vistos como processos diacrônicos. Casos clássicos da morfologia, como, por exemplo, o plural não-sigmático do italiano, parecem apelar para uma descrição diacrônica. A simples colocação do plural dentro do sistema sincrônico flexional do italiano parece ser menos satisfatória do que uma descrição diacrônica.

Quando a descrição sincrônica de um fenômeno parece não 'dar conta' do mesmo, ou quando existem análises alternativas para um mesmo fenômeno, pode-se suspeitar de que há algum processo de mudança diacrônica em andamento. Seria o caso do relativizador que no Português (Cf. Cohen 1986/1990 para detalhes) em posição de sujeito. Existem no mínimo duas hipóteses de análise justificáveis, cada uma dentro do seu arcabouço teórico, plenamente satisfatórias pra dar conta a existência do que como relativizador em função de sujeito. Como decidir entre elas? A resposta seria: não há como decidir qual a melhor análise sincrônica.

O que parece estar em jogo é um processo diacrônico, e um modelo de análise sincrônica não será suficiente para descrevê-lo.

Quando, numa análise de cunho variacionista, uma variável for identificada como 'mudança em progresso', só uma volta à história, ao passado, dará realmente conta de explicar a hipótese de mudança em questão.

A POSITIVIDADE DO SIGNIFICANTE: UM MODELO METODOLÓGICO PARA A LINGUAGEM?

Hugo Mari
Departamento de Letras Vernáculas
Faculdade de Letras-UFMG

1. Introdução

Os problemas relativos ao conhecimento da linguagem no séc. XIX, a partir dos trabalhos de Schlegel, Grimm e Bopp, principalmente, marcaram uma oposição nítida ao modo pelo qual esses problemas foram formulados no séc. XVII e XVIII. Aqui elegeu-se, a partir da tradição clássica e do nominalismo medieval, o domínio logicista da linguagem como núcleo da discussão e, em decorrência, um apelo aos aspectos de representação do signo ou da proposição.

No séc. XIX, o panorama teórico não propiciava mais esse nível global de análise da representação; entraram em discussão razões específicas em torno da necessidade de se prover cada forma de conhecimento de uma dimensão de positividade, com base nos métodos que as ciências naturais já vinham desenvolvendo. Acrescenta-se ainda um fator adicional, isto é, o *evolucionismo* de Darwin, que assinalou, de modo decisivo, uma influência muito grande em toda forma de conhecimento desse período e, por conseguinte, também na discussão da linguagem.

Neste texto, pretendo fazer um comentário global sobre aquilo que foi mais representativo do ponto de vista teórico, na discussão dos princípios de análise linguística no séc. XIX e, em seguida, avaliar duas posições que, supostamente, marcariam um contraste com o aspecto da linguagem que a Gramática Comparada escolheria como centro da sua reflexão: o significante.

2. A Gramática Comparada como Lingüística do Significante

Partindo da preocupação inicial de centralizar a questão da linguagem numa abordagem interna, predominantemente localizada na dimensão do significante (Se), a **Lingüística Histórica** pretendeu não apenas isolar um objeto de conhecimento que pudesse dar uma feição diferente à reflexão lingüística, como também, mostrar como esse objeto, à semelhança das ciências naturais, podia ser configurado, a partir de leis específicas da sua constituição e da sua evolução, o que possibilitaria à **Lingüística Histórica** constituir-se como uma verdadeira ciência empírica. Daí o teor de positividade que lhe é imputado.

Assim, do lado da sua constituição, tentou-se uma especificação de análise numa linha quase genética das unidades integrantes de uma língua. Procedeu-se a uma verdadeira dissecação dos sons (o termo **Fonema** só mais tarde foi empregado), seja do ponto de vista da sua produção física, isto é, órgãos ativos na sua realização; seja quanto à sua organização em sistemas e subsistemas de vogais e consoantes. Esse trabalho possibilitou falar, como o faz Foucault, de uma *nova teoria do radical*, pelo fato de que o aprofundamento no estudo das vogais - um desafio que a Gramática Comparativa enfrentou - permitiu neutralizar os acidentes verificados no radical e registrados, geralmente, como exceções. Estes agora têm sua realização particular explicada com base no condicionamento de vogais que passarão a figurar nas desinências que a eles são anexadas. Pôde-se, a partir dessa avaliação da influência múltipla entre vogais das desinências e vogais do radical, falar também de sistemas de flexão e, em especial, destacando-se aqueles relativos à expressão de aspectos verbais de uma língua, as quais mereceram um tratamento particular, devido à riqueza quantitativa de suas formas e à regularidade de sua manifestação.

Assim, a **Lingüística Histórica**, ao tentar montar uma metodologia de análise com base na reconstrução sistemática dos fenômenos de variação de uma língua, que até então eram vistos

como eventuais, dispares e desconexos, prepara o terreno para um novo alcance a que a análise da linguagem viria atingir: a evolução de um sistema a partir de fases da sua existência, ou a comparação entre sistemas diferentes, como uma forma objetiva de traduzir o caráter de positividade do conhecimento lingüístico.

Do lado da evolução, a **Lingüística Histórica** encontrou um terreno fértil para caminhar: de posse, como nunca se teve, de um número de fatos cada vez maior e mais estruturados de sistemas particulares, ela pode sustentar hipóteses sobre a evolução, que tornavam cada vez mais eficiente o seu procedimento de análise. Mas havia, apesar desse entusiasmo promissor, uma certa cautela, pelo menos da parte de alguns autores, na condução e na utilização desses fatos. Embora esse período tenha sido alentador para as chamadas *leis da evolução fonética*, havia um cuidado paralelo em não se criarem supostas primazias de um sistema sobre outro. Cada sistema é autônomo e independente, não havendo razões para se considerar uns como protótipos-geradores dos outros. Assim, o processo de reconstrução não chegaria a assegurar uma *relação mãe-filha* entre línguas comparadas, mas antes uma *relação irmãs*, apesar de se reconhecer que o sânscrito, o persa, por exemplo, fossem línguas reconhecidas como mais antigas e, em certas circunstâncias, depositárias de fatos relevantes na unificação de famílias lingüísticas.

Havia impasses na formulação dessas *leis*, decorrentes da dificuldade metodológica de se transitar entre o local e o global. Nada disso é, porém, peculiar à **Lingüística Histórica**: todos os modelos que se propuseram à aventura de um *salto dedutivo* enfrentaram o mesmo tipo de problema. Qualquer pretensão, associada à universalização de princípios, confronta-se com o caráter de autonomia dos sistemas lingüísticos. Se os sistemas são autônomos, então, eles são antes auto-organizáveis e contam com parâmetros de harmonização interna, com ajustes idiossincráticos, o que pode significar atropelos para pretensões a uma validade universal de *leis*, construídas trans-sistematicamente. Trata-se de uma objeção formulada em termos de princípio, o que não nega o

fato de que, empiricamente, os fenômenos possam coincidir na passagem de um sistema para outro.

Embora dispondo de um arsenal empírico extenso, montado em bases objetivas de análise, a *Linguística Histórica* descartou o ideal de remontagem de uma língua adâmica, princípio às vezes cultivado no ambiente evolucionista. O pendor reconstrutivista, alicerçado em descobertas cada vez mais intensas e penetrantes - o episódio do zenda é exemplar - foi suficientemente consciente do seu alcance, ao colocar a alegoria da Torre de Babel - local de proliferação das línguas - como um limite necessário; nada de escalá-la na busca de uma volta unificante e triunfal. O trunfo de uma abordagem que se pretendia positiva tinha que estar montado numa análise imparcial de fatos reunidos, a partir do reconhecimento, aferido pelo método da reconstrução, de algum estágio documental da língua. Posturas contrárias a essa que surgiram, mais tarde, com base na idéia de radicais básicos¹ soariam, nesse contexto, como absolutamente folclóricas.

Colocada diante do desafio de dar conta da essência da linguagem - ser - e de seus movimentos - devir -, a *Linguística Histórica* se vê na contingência de apurar métodos e princípios que viessem atender a esse desafio. Ela busca na materialidade desse ser a forma mais eficaz de fazer dela uma ciência positiva. Desse compromisso decorre a opção por uma ênfase no Significante, como condição primeira da existência de qualquer sistema lingüístico, excluindo, de antemão, os fantasmas de uma lembrança metafísica, que só o Positivismo Lógico mais tarde foi capaz de efetivar, daí um certo recalque do significado (So), da representação, como produtos do sujeito, em favor de uma *lingüística do significante*.

¹ Dupas, retomando a formulação de Marr, escreve: "Rappelons que pour N. Ya. Marr un processus unique a produit tous les mots de toutes les langues, qui tous contiennent les quatre éléments Sal, Ber, Yon, Roch." DUPAS, J.-C. Pour et contre Marr. Les arguments échangés. Langage et classes sociales. Le Marrisme. *Langage*, 46, 1977. p. 38-58.

Penso que essa formulação resume parte das questões levantadas por Bréal² Foucault³ e Domingues⁴ sobre a problemática da linguagem na *episteme* do séc. XIX. Gostaria de, em função dessa colocação, formular uma questão específica para análise:

Se a positividade filológica do séc. XIX, fundando uma Linguística do Se, confere pretensões à validade a uma ciência da linguagem, pergunta-se: qual a continuidade de uma ciência, assim articulada, no desenvolvimento subsequente dos estudos da linguagem?

Uma resposta a essa questão, se é viável, certamente implicaria uma escrutinação de um número de fatos e abordagens muito grande, desenvolvidos neste século, sobretudo a partir da década de 50, com uma certa "tiaspora estruturalista". Isso é um projeto muito extenso o que, nesse momento, torna inviável uma avaliação em termos dos seus desdobramentos mais imediatos. Gostaria, nos limites desse trabalho, de propor um início de reflexão sobre os problemas levantados com base em dois lugares específicos e cronologicamente situados nas vizinhanças da abordagem historicista. Refiro-me, num primeiro momento, ao movimento dos neogramáticos; em seguida, à questão da Semântica Diacrônica formulada por Bréal e seguidores. É importante assinalar que esses dois momentos não serão assumidos aqui, nem em termos da efetiva contribuição para o estudo da linguagem, nem pelo valor especulativo, nem como método de análise linguística, mas apenas pela proximidade temporal e por uma relativa discrepância temático-metodológica.

² BRÉAL, M. Introduction. In: BOPP, M.F. *Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes...* 2 ed. Paris: Imprimerie Nationale, 1875.

³ FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

⁴ DOMINGUES, I. *O grau Zero do Conhecimento. O Problema da Fundamentação das Ciências Humanas*. São Paulo: Loyola, 1991.

3. Análise da questão proposta

3.1 - Os Neogramáticos

Avalistas do movimento dos neogramáticos, sobretudo em função das propostas de Osthoff e Brugmann, no Prefácio, têm apontado dificuldades na compreensão da linha de pensamento daquilo que viria a ser admitido como uma alternativa, em termos, aos postulados das análises comparativo-evolutivas do séc. XIX.

Apesar do vigor e da extensão que os estudos comparatistas alcançaram, principalmente com a publicação da *Grammaire Comparée*, de Bopp, a perspectiva mecanicista, para explicar princípios de evolução fonética, começava, depois da segunda metade daquele século, a ser criticada em favor de uma vertente que pretendia ver a evolução de um sistema lingüístico abordada não apenas através de mecanismo físicos-mecânicos, mas também através de componentes de ordem psíquica. Raciocinava-se, no interior dessa vertente, que a língua não é um mecanismo autônomo, independente do falante que a articula e que dessa relação, falante/língua, deve-se deduzir implicações que não são apenas de ordem fisiológica. Ou, como lembra Hermann Paul⁵:

"O verdadeiro objeto para a investigação da lingua é antes constituído por todas as manifestações de atividade da fala em todos os individuos na sua ação reciproca." (p.34)

O movimento dos neogramáticos interveio exatamente nesse ponto da controvérsia, acrescentando a ela um novo ingrediente: a necessidade de relativizar o peso das línguas antigas/clássicas nas pesquisas comparativas. Seus representantes argumentavam que o valor maior do estudo comparativo estaria na

⁵ PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais de História da Língua*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

avaliação de línguas cuja atividade de fala tivesse uma intensidade marcante, pois é esta atividade que, certamente, mostraria os aspectos mais sensíveis, mais relevantes para fundamentar variações dialetais, socioletais, etc. A hipótese aqui pressuposta descarta o alcance de validade de certas análises lingüísticas onde as práticas de linguagem fossem substituídas por registros documentais: aqui o processo de linguagem resultaria sempre incompleto e artificial. Hermann Paul comenta:

"Os organismos psíquicos descritos são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica. O que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução." (p:37)

Se numa dimensão teórica os neogramáticos clamavam pela necessidade dessas duas inovações, a análise realizada por seus representantes ainda não espelhava com evidência o alcance pretendido. O certo é que a análise comparativa, cujo padrão mais elaborado lembrava Bopp, continuou a pautar a análise lingüística da época, mesmo na reflexão daqueles que se propuseram a superá-la.

Abstraídas essas dificuldades, os descompassos entre as posições teóricas do Prefácio e a prática de análise desenvolvida por Brugmann, mormente, é importante lembrar que os neogramáticos caminharam, de fato, numa direção a fazer frente à supremacia dos fenômenos físicos ligados à evolução fonética. Redimensionadas as intuições iniciais, elas foram cedendo lugar a uma reflexão ajustada sobre a importância dos aspectos psíquicos na compreensão dos fenômenos de evolução fonética. É novamente em Hermann Paul, um neogramático que teria sido mais conseqüente com as hipóteses levantadas, que vamos encontrar uma posição explícita:

"Para compreender o fenômeno que costumamos designar por alteração fonética temos de entender claramente os processos físicos e psíquicos que se realizam sempre durante a produção dos complexos de sons." (p.55)

Em seguida, o próprio autor menciona três fatores físicos, importantes no processo fala, a saber: *os movimentos dos órgãos fonadores, o sentido mecânico e as sensações sonoras*, para em seguida acrescentar:

"Estas sensações não são naturalmente processos só fisiológicos, mas também psicológicos. Mesmo depois de desaparecida a excitação física, elas deixam uma impressão psíquica durável, imagens da memória, que são da maior importância para a alteração fonética."
(p.59)

Um procedimento assim concebido não viria fazer concessão ao caráter de rigor na análise dos dados; ao contrário, os neogramáticos foram ainda mais cuidadosos na fixação das leis fonéticas. Reservaram essa denominação para fenômenos que pudessem ser tratados de forma mecânica e absolutamente regular, excluindo do seu alcance quaisquer aspectos menores da variação. A correlação postulada entre *processos fisiológicos* (as condições orgânicas de produção da fala) e *processos psicológicos* (as impressões psíquicas registradas pelo falante) era assegurada por princípios de correspondência, justificados em termos da força acionada na realização de cada um dos processos. Assim, se as línguas são regidas por uma força mecânica, que pode ser expressa por regras, elas contêm também uma força psíquica que se expressa pela presença da analogia. Essa hipótese dos neogramáticos (diferença entre fatos regidos por *regras* e fatos regidos pela *analogia*) testemunha a importância que uma categoria como a *analogia* assumiu nas reflexões sobre a linguagem. Bréal⁶, em capítulo específico sobre o tema, começa lembrando essa importância:

⁶ BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica. Ciência das Significações*. São Paulo: EDUC, 1992. p. 53-63.

"Nos livros de lingüística publicados nos últimos quinze ou vinte anos, a analogia ocupa um lugar de destaque, não sem razão, pois o homem é naturalmente imitador e, se tem de inventar alguma expressão, mais do que depressa prefere tomar por modelo um tipo já existente que se esforçar para uma criação original. Engana-se, porém, se se apresenta a analogia como uma causa. A analogia é apenas um meio. (...)"

É possível que os objetivos do autor não traduzam diretamente o peso atribuído à *analogia* na formulação de Hermann Paul. Mas é precisamente na dimensão dos dois últimos períodos do texto acima que a opinião dos autores converge: se a *analogia* não é *causa*, ela não pode ser identificada a processos mecânicos. Sua relevância para a linguagem se confirma a partir de outras razões, por exemplo, aquelas lembradas por Hermann Paul em termos de estados mentais. Entretanto, ela costumava ser lembrada como procedimento para contornar, numa certa extensão, um descompasso enfrentado pela análise comparativa, na medida em que o apelo à analogia fugia às inconveniências de ter que, a cada momento, tratar casos pouco regulares no interior de uma regra geral. Nessa forma de conceber os fenômenos, eles pensavam residir a própria natureza da linguagem humana: uma regularidade mecânica (as *regras*) decorrente da conformação física dos falantes combinada a sensações, a imagens impressas na sua mente (a *analogia*).

As dificuldades da *analogia* também foram lembradas por Bréal:

"Será verdade, como se disse, que a analogia é uma força cega, avançando sem se deixar deter por nada?"

É difícil acreditar nisso quando, deixando a teoria, colocamo-nos em presença dos fatos. A experiência, ao contrário, prova que a analogia tem limites, os quais são ao menos tão interessantes de estudar quanto o fenômeno em si mesmo. Razões de clareza ou de harmonia bastam para colocá-la em xeque.

Uma última questão seria saber se a analogia merece essa espécie de desestima que alguns lingüistas parecem ter-lhe devotado."

Retomando a questão colocada para discussão e em contraste com esse esboço da proposta dos neogramáticos, constato que uma suposta ruptura que possa ser aqui demarcada (a necessidade de introdução de uma dimensão psíquica na análise) não neutraliza o postulado básico da Gramática Comparativa de que fazer lingüística é fazer uma *Lingüística do Significante*. As inovações ali pretendidas, se a tanto podemos chegar, ainda elegeram o território do *significante* como o lugar primeiro da sua intervenção. Pautar as questões da linguagem numa dimensão psíquica não significou, na reflexão dos neogramáticos, um avanço na direção do *significado*. Não que este ainda não tivesse despertado qualquer interesse: o livro de Hermann Paul, publicado em 1880, já incluía capítulos que abordavam mudanças semânticas (cap. IV, VII e XIV). Mas essas mudanças eram vistas, geralmente, a partir de uma extensão de princípios aplicados à análise do *significante*. A questão fundamental era o prestígio de uma *Lingüística do Significante* que os trabalhos de Bopp propiciaram alcançar e do qual os neogramáticos não conseguiram se livrar.

Conclui-se, então, dessa rápida avaliação, que o movimento dos neogramáticos não conseguiu abalar os fundamentos de uma ciência da linguagem construída com base num recorte radical, operado sobre a concepção de linguagem da Gramática Geral, o de fazer o analista voltar-se para o interior do seu próprio objeto e eleger ali aquilo que viria a constituir-se na razão de ser do seu conhecimento: o *significante*.

3.2 - Michel Béal no Essais de Sémantique

Embora o sucesso de uma *Lingüística do Significante* tenha ultrapassado os limites do séc.XIX (toda teoria fonológica desenvolvida pelo Círculo Lingüístico de Praga é uma *Lingüística*

do *Significante*⁷), a questão do *significado* vinha sendo cogitada, como mencionei anteriormente, já em finais daquele século. Essa menção, entretanto, não passava ainda de uma extensão dos parâmetros de análise do *significante* para uma exploração ao nível do *significado*. Essa contaminação metodológica prevaleceu por muito tempo e só foi desmontada, em parte, pela Semântica Estrutural⁸. Até então, a análise do *significado*, uma espécie de reserva de mercado da Filosofia Analítica (Frege, Carnap, Wittgenstein⁹), era apenas um contraposto à análise do *significante*: todos os manuais da época incluíam, ao lado de capítulos sobre a *mudança fonética*, um outro sobre a *mudança semântica*.

Michel Bréal parece representar, nesse contexto, uma presença um tanto diferenciadora. Ao publicar, em 1897, o livro *Essais de Sémantique*, obra tida como uma espécie de *fundamentos para a justificativa de uma semântica lingüística*, ele acena para uma outra dimensão da linguagem que havia merecido pouca atenção nas reflexões da Lingüística Histórica. Entretanto, não vamos encontrar neste livro nada que nos distancie muito da herança da Gramática Comparada; os compromissos metodológicos estavam ali disseminados. Todavia, o autor tem o mérito de buscar referências mais gerais para a configuração do problema do *significado* e de tentar, nesse quadro, uma explicação para os fenômenos de *mudança semântica*.

⁷ O princípio básico na definição de Fonema, sustentado pela Fonologia Estrutural, era mostrar que ele independia de qualquer apelo ao significado.

⁸ Mesmo no quadro da Semântica Estrutural, nota-se uma grande influência dos métodos de análise do Se. Nos primeiros capítulos do seu livro sobre Semântica, Greimas (GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.) propõe-se a aplicar os métodos desenvolvidos para a Fonologia na análise semântica. Entretanto, nesse mesmo capítulo o autor constata que o princípio que regia a análise do *significante* (oposição binária) não era adequada para a análise do *significado*, muitas circunstâncias.

⁹ Longe de entrar em detalhes, seria importante lembrar os aspectos mais relevantes desses autores em torno da análise do *significado*: Frege, relação sentido referente; Carnap, postulados de sentido; Wittgenstein, significado e uso.

Nem sempre é muito claro buscar especificar o que foi o trabalho sobre a *mudança semântica*, porque, sobretudo, não havia uma doutrina que pautasse os procedimentos de análise, a se julgar pelas justificativas, pelos instrumentos que foram aplicados na explicação de alterações de sentido¹⁰. Havia, no entanto, uma identificação precisa do problema que se pretendia analisar, a saber: como de um *significado*_i se chega a um *significado*_j, ambos situados historicamente em tempos distintos. Esquemáticamente, o problema pode ser assim representado:

$$Se_i/So_i \Rightarrow CAUSA \Rightarrow Se_j/So_j \text{ }^{11}$$

Este esquema geral, coloca, em princípio, duas dificuldades. Então, dado que So_i realizava-se no tempo T_1 e que So_j realiza(va)-se no tempo T_2 , que é posterior a T_1 , o problema central seria postular *leis de causalidade*, à maneira de *leis da mudança fonética*, que pudessem dar conta da explicação de qualquer alteração de sentido detectável. Esse fato nunca esteve distante das preocupações daqueles que avaliaram a questão: Bréal, entre outros, pretendia uma explicação de causalidade para o fato em questão, com um estatuto mecânico similar ao de uma transformação fonética. Falou-se supostamente de *Leis Semânticas*, na mesma dimensão que se falava de *Leis Fonéticas*¹², mas nunca se chegou a uma formulação rigorosa da natureza da *causalidade* para as alterações de sentido e as tentativas de justificativa para

¹⁰ Excluindo o texto de Bréal, o autor que mais se aproximou à construção de um quadro geral para análise da *mudança de sentido* foi Ullmann. (Cf. ULLMANN, S. *Principles of Historical Semantics*.).

¹¹ As setas aqui utilizadas têm apenas o valor de uma ordenação temporal.

¹² *Leis Semânticas*, na verdade, não passaram de hipóteses que nunca foram consequentemente avaliadas, mesmo porque não havia, entre os autores da *Semântica Diacrônica*, um consenso sobre a questão: aquilo que um rotulava como *causa social*, podia ser para outro classificado como *causa política*, *causa cultural* etc.

essa *causalidade* acabaram por se transformar em procedimentos taxionômicos de identificação de causas.

A outra dificuldade que podemos derivar deste esquema decorre da ausência de uma uniformidade, depois do efeito de uma causa, para o So_j . De fato, So_j traduz-se por um complexo de realizações que se tornam possíveis para um Se qualquer, submetido ao processo de “desgaste” natural de qualquer signo dentro de um sistema. Vejamos, então, um primeiro esquema genérico:

$$Se_i/So_i \text{ (} \alpha \text{-original)} \Rightarrow \text{CAUSA} \Rightarrow Se_i/So_j \text{ (} \alpha \text{ original)} \\ \text{[+ novo]}$$

Assim, [α original] e [+ novo] traduzem, respectivamente, um complexo de traços iniciais e um complexo de traços adquiridos no processo de transformação. As combinações possíveis resultantes desta combinação ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}]$) e ($[-\text{original}] \cap [+\text{novo}]$) representam efeitos de transformação diferenciados: a segunda lembra, na denominação de Ullmann, uma *transferência de sentido*¹³, onde o signo resultante, contendo um So_j , não guarda “qualquer” relação semântica com o So_i ; a primeira constitui aquilo que ficou conhecido como *restrição de sentido* ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}, +\text{restrição}]$) e como *ampliação de sentido* ($[+\text{original}] \cap [+\text{novo}, -\text{restrição}]$). A *restrição de sentido* costuma ser, por exemplo, associada a uma necessidade de especialização do vocabulário: qualquer linguagem técnica pode buscar, na linguagem

¹³ Com base em hipóteses mais recentes sobre a possibilidade de que quaisquer divergências polissêmicas possam ser redutíveis a uma *monossemia*, em algum grau de abstração de representação do seu significado, o conceito de *transferência de sentido* torna-se vulnerável. Por exemplo, a polissemia do signo cabo, em português ($[So1: \text{suporte de manuseio de um objeto}]$, $[So2: \text{posto da carreira militar}]$, $[So3: \text{acidente geográfico}]$, $[So4: \text{fio condutor de energia}]$) seria redutível a um traço comum na representação do seu significado, isto é, $So1... \rightarrow So4$ conteriam em sua representação o traço [+extremidade/ terminalidade]. Se este fato é verdadeiro, teríamos para cabo uma *ampliação de sentido*, a partir de uma base monossêmica.

ordinária, signos e dar a eles um campo de aplicação restrito. Se a linguagem jurídica distingue os signos assalto e roubo pela presença, no significado do primeiro, de um traço que reporta [acuação de pessoas], ela o faz pela exigência de uma especialização de fatos representativos para sua prática; por exemplo, a importância da atribuição de penas diferentes a cada uma das ações assim qualificadas. A *ampliação de sentido*, todavia, parece ser a prática mais comum na linguagem, pois exemplifica, de modo mais dinâmico, a necessidade de uma potencialização dos significantes, isto é, cada vez estamos mais propensos a reciclar os "velhos" significantes que já estão em circulação. Assim, se em algum momento o signo embarcar esteve comprometido com um significado único que sua forma derivacional pode testemunhar ((em + barco + ar)), sabemos que ele foi potencializado, por *ampliação de sentido*, para cobrir ([movimento] \wedge [para dentro]) sem qualquer especificação do meio (de transporte), para o qual ele possa ter sido originariamente criado.

Decidir se se trata de *ampliação* ou de *restrição de sentido* nem sempre é uma tarefa descritiva muito cômoda (se possível!), porque isso requer que sejamos capazes de operar com dois fatores: (a) a determinação de um significado originário, a partir do qual possamos justificar um ou outro movimento de mudança; (b) a disponibilidade de uma *métrica* para avaliação do significado, de tal modo a nos permitir, seja pela quantidade de traços recorrentes, seja pela sua natureza, justificar um dos movimentos em questão. Se isolarmos dois significados possíveis para o signo massa, podemos entender parte destas dificuldades. Na linguagem ordinária, massa pode representar, sem detalhes maiores, [mistura \wedge [sólido] \wedge [líquido]], enquanto em Física, [quantidade de matéria de um corpo]. É comum que partamos do primeiro caso para derivar o segundo, numa suposição de que foi a Física que se apropriou do sentido comum e o especializou. Todavia, podemos estender este raciocínio à grande maioria dos casos em que constatamos mudança de sentido? Como fica o caso

de cabo, citado anteriormente, e mesmo o de massa, quando recorremos a outros significados?

Em síntese, as duas últimas formas de compreensão da *mudança semântica* representam o que há de mais consensual em torno da questão. Desconfia-se da possibilidade de uma alteração de sentido, onde o significado original possa ser completamente apagado. Muitos exemplos usados para ilustrar este fato costumam lembrar apenas uma coincidência entre *significantes* (e não uma transformação de significados originais em significados derivados), sobretudo, porque o So_1 pode não desaparecer por completo do sistema. Além do mais, a tendência de se condicionar a existência da polissemia a uma possibilidade de *redução sêmica*, acentuaria ainda mais o fato de que a *mudança semântica* não tem o poder de *anular* totalmente o significado original. Isso é uma questão extensa e muito complexa que foge, por completo, aos objetivos dessa reflexão. A intenção aqui foi apenas a de traçar um perfil de dificuldades que a transposição de uma metodologia de análise dos fatos fonéticos para os semânticos trouxe para a linguística.

Esse quadro descrito já mostra que os problemas aqui situados pertencem a um universo muito distinto, em função das exigências de fundamentação analítica. Enquanto as *Leis Fonéticas* encontravam, no interior do próprio sistema, razões suficientes para sua justificação (*organização simétrica de grupos de consoantes, gradação de vogais, restrições de combinação entre sons, mudanças pela perda parcial, ou pelo enfraquecimento de traços*), as citadas *Leis Semânticas* (que nunca foram formuladas) tiveram que buscar fora do sistema categorias que fossem capazes de qualificar a noção de *causalidade*. Aqui, então, verifica-se o ponto mais frágil desse projeto (num contraste com a compreensão dos fenômenos da linguagem pela Gramática Comparativa), pois, na impossibilidade de se dar à noção da *causalidade* uma dimensão mecânica, justificada no interior do próprio sistema, buscou-se, a partir de uma avaliação de marcas do produto (So_1), criar uma tipologia de causas, o que acabou por gerar uma preocupação classificatória para elas, sem muita consistência na fundamentação

dos fatos; daí, *causas sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas, lingüísticas*, num processo sem muito critério para este recorte pretendido.

Diante da questão levantada, que interferências podemos assegurar nesse primeiro momento de contraposição entre abordagens que marcaram um pendor ora para o *significante*, ora para o *significado*? O primeiro aspecto que ressalta nesse confronto é que, embora a questão do *significado* viesse se constituindo numa lacuna na Gramática Comparada, a formulação apresentada não era suficiente para fazer frente, seja quanto ao rigor de aplicação dos métodos de análise, seja quanto ao seu alcance. A Gramática Comparada era capaz de, com critérios objetivos, dar respostas precisas para um conjunto diverso de fatos e fez, da sua abordagem, um apparatus também capaz de respostas orgânicas para compreender a constituição e evolução de um sistema; já a Semântica Diacrônica perdia-se num cipoal de causas tipológicas, e não conseguia argumentos suficientes para se contrapor a um processo que já vinha dando mostras de cansaço e de contradições. Além do mais, não havia o que condenar, do ponto de vista operacional, nos procedimentos de análise, pois o método comparativo oferecia um instrumento aguçado para análise de fatos lingüísticos.

Assim, embora a Semântica não tenha conseguido, nesse formato de reflexão sobre a linguagem legado pelo método comparativo, alcançar o mesmo ritmo de formulação, ela consegue ensaiar os primeiros passos de um processo diferenciador para a análise lingüística, na medida em que se propõe o conceber o SER (da linguagem), na sua forma de *significado*. Entretanto, confunde-se ao tentar avançar na análise do seu DEVIR, já que não dispunha de instrumentos analíticos para fazer operar a noção de *causalidade*. As lacunas, então, começar a tornar-se freqüentes, a análise turva-se diante de certos fatos, perde-se o domínio dos lados que a noção de causa implica. Por mais que se tenha buscado, por analogia ou não, um modelo capaz de dar conta da mudança de sentido, a Semântica Diacrônica não foi uma hipótese de trabalho

suficientemente articulada, a ponto de fazer avançar questões sobre o *significado*, num território de domínio quase absoluto de uma *Linguística do Significante*.

4 - Conclusão

Os comentários aqui desenvolvidos constituem apenas uma aproximação a alguns dos aspectos teóricos que representou, no séc. XIX, o Projeto da Gramática Comparada. O objetivo principal foi o de avaliar dimensões do eixo conceitual em torno do qual esse Projeto foi formulado e daí derivar suas repercussões mais imediatas nas propostas subseqüentes de estudos da linguagem.

Qualquer reflexão que vise avaliar a reconstrução do conhecimento sobre a linguagem neste século, certamente, terá de passar por um estudo sobre o "espólio" da Gramática Comparada. Essa, é importante lembrar, nem mesmo dentro da própria Linguística Moderna, teve um reconhecimento, na sua devida extensão; talvez devido a uma certa vulgarização de suas propostas, que acabou por estreitar demais sua concepção teórica, chegando até nós, através de certos manuais, de forma banal e deteriorada. Isso, porém, não pode ser usado como pretexto para diminuir a ressonância de uma forma de conhecimento, de procedimentos de análise dos mais importantes no séc. XIX.

No âmbito de suas repercussões, com certeza, todo o desenvolvimento da Teoria de Saussure, os trabalhos do Círculo de Linguística de Praga com a Fonologia, a pesquisa na área de Morfologia, nas décadas de 40-50, e a questões metodológicas levantadas pela Semântica Estrutural têm braços herdados dos princípios de análise elaborados pela Gramática Comparada.

COMPLEMENTOS PREPOSICIONADOS NO SINTAGMA VERBAL DO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM SINCRÔNICA E DIACRÔNICA

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal
Departamento de Letras Vernáculas
Faculdade de Letras - UFMG.

No presente trabalho propomo-nos a investigar alguns aspectos da doutrina gramatical portuguesa na área da sintaxe. Pretendemos fornecer subsídios que possam esclarecer determinados pontos da classificação dos verbos e da caracterização dos complementos preposicionados do sintagma verbal, como também identificar processos de mudanças ou fenômenos de retenção que possam ter ocorrido/estar ocorrendo nos mesmos.

Como sabemos, o problema da classificação verbal tem sido objeto de controvérsias entre gramáticos, filólogos e lingüistas, e não é fácil delimitar fronteiras entre objeto direto, objeto indireto, obviamente entre verbos transitivos diretos e indiretos, por um lado, e entre verbos transitivos diretos e auxiliares, por outro. Os complementos preposicionados em português que são objeto de estudo neste trabalho são classificados pela Gramática Tradicional considerando-se para tal, às vezes, apenas o critério da presença da preposição junto ao complemento.

O assunto é amplo, tem implicações semânticas de grande escala e deveria abranger um estudo de todas as classes verbais do português, tarefa que excede, naturalmente, os limites do nosso trabalho, motivo pelo qual nos detivemos em verbos evidenciados pelos dados em duas modalidades: Português Moderno (PM) e Português Antigo (PA).

Nossa pesquisa tem como base a descrição de dados das duas modalidades de língua referidas acima; a análise por nós proposta para as construções em estudo, tanto na parte sincrônica, quanto, e, conseqüentemente, na diacrônia, deriva da descrição

atribuída a esses dados, que constituem por si um "corpus" original. A concepção de Linguística Histórica que nos norteia segue Bynon (1977):

"A Linguística Histórica procura investigar e descrever a maneira pela qual as línguas mudam ou conservam suas estruturas através do tempo; seu domínio é, portanto, a língua no seu aspecto diacrônico.

(...) que a língua de fato muda através dos tempos torna-se logo evidente quando documentos escritos na mesma língua mas de diferentes períodos de tempo são examinados.

(...) Isto significa que é possível abstrair dos documentos a estrutura gramatical da língua de cada período e, desta forma, uma série de gramáticas sincrônicas podem ser postuladas e comparadas. As diferenças em suas estruturas sucessivas podem então ser interpretadas como reflexo do desenvolvimento histórico da língua."

Segundo essa perspectiva, fragmentos de gramáticas sincrônicas foram postulados para o período arcaico e o período moderno da língua portuguesa, a fim de caracterizarmos os complementos dos verbos seguidos da preposição *de* ou *a* como objetos diretos preposicionados ou não, tomando como conceituação de objeto direto um conjunto de traços que o definem.

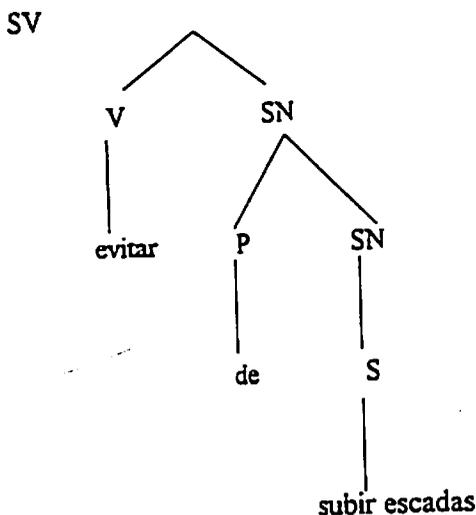
Procederemos agora à comparação dessas duas gramáticas sincrônicas (ou fragmentos de gramáticas sincrônicas) com o objetivo de identificar mudanças que possam ter ocorrido ou não nesses padrões, na linha de Bynon (1977, 1983), conforme evidenciado no excerto transcrito acima.

Comparando os verbos analisados nos dois períodos de língua, identificamos quatro tipos sintáticos, de acordo com os tipos de complementos que estes selecionam, isto é, SN's oracionais ou não-oracionais, e de acordo com a preposição que os segue: *a* ou *de*, são eles:

- (1) V + a + SN não-oracional
- (2) V + a + infinitivo
- (3) V + de + SN não-oracional
- (4) V + de + infinitivo

Os tipos (2) e (4), que apresentam formas infinitivas não-flexionadas, estão sendo considerados por nós, na maioria dos casos, como um SN que teria a configuração que se segue:

(47)



Ou seja, existe um nóculo SN que domina uma preposição e um outro SN que, por sua vez, se expande numa oração.

A nossa análise discutiu se tais SN's constituem ou não objetos diretos oracionais e, como são precedidos de preposição, se constituem, na verdade, objetos diretos preposicionados oracionais.

1 - VERBOS QUE OCORRERAM NAS DUAS MODALIDADES DE LÍNGUA: CASOS DE RETENÇÃO

Os verbos *começar a + infinitivo (aux.)*, *dever de + infinitivo (aux. modal)*, *mandar a + SN (ODP)*, *satisfazer a + SN (ODP)*, *usar de + SN (ODP)*, *pedir de + SN (ODP)* apresentam sentido e estrutura semelhantes nas duas fases da língua.

1.1 - Verbo + a + SN não-oracional

Os verbos *mandar* e *satisfazer*, de acordo com o "corpus" examinado, apareceram ligados aos seus complementos através da preposição *a* nas duas modalidades de língua.

O verbo *mandar a + SN* foi analisado como TD e seu complemento como ODP no PA e no PM. Portanto, quanto a esse verbo, não houve mudança no tipo sintático, pois ele seleciona o mesmo tipo de complemento nas duas fases da língua. Quanto ao significado, este parece também não ter se alterado.

Também o verbo *satisfazer* apareceu ligado ao seu complemento SN através da preposição *a* no PA, e, apesar de o referido verbo não ser registrado em nossos dados do PM, constituindo, portanto, uma lacuna, sabemos, segundo as gramáticas tradicionais consultadas, que a ocorrência de *satisfazer a + SN* é frequente no PM. Seu complemento foi analisado como ODP no PA e, certamente, pode sê-lo no PM, caracterizando-se como outro caso de retenção.

1.2 - Verbo + a + infinitivo

O verbo *começar* apareceu ligado ao infinitivo através da preposição *a* no PA. A exemplo do verbo *satisfazer*, nesta estrutura, ele não foi registrado por nós no "corpus" sob análise, mas o foi na LFC. Sabemos que as gramáticas contemporâneas se dividem quanto à sua classificação: *começar a* é auxiliar para Kury

(1985) e Luft (1983) e é transitivo para Pontes (1973), para o sujeito animado.

Conforme nossa análise, no PA, começar a + infinitivo não é transitivo direto. Apenas dois dos quatro critérios definitórios do OD resultaram em sentenças plausíveis, a saber, a Retomada por que/quem e a Anteposição. Sugerimos, então, para ele, o "status" de auxiliar, apesar de não termos detalhado essa análise.

Nossa sugestão de análise para o PA coincide com a proposta de Kury e Luft para o PM: começar é um verbo auxiliar. Desta forma, tendo se mantido o tipo sintático, e, ao que parece, o significado, o referido verbo será considerado por nós como um caso de retenção.

1.3 - Verbo + de + SN não-oracional

Vejamos agora os verbos que ocorreram ligados aos seus complementos através da preposição de. São eles: pedir de + SN (ODP) e usar de + SN (ODP). Esses dois verbos apareceram nas duas modalidades de língua em exame, e, além de serem transitivos diretos, possuem valor partitivo.

Como já foi dito, o partitivo é um fenômeno que apresenta pouca frequência de ocorrência no PM. Entretanto, os verbos em análise podem ser caracterizados como transitivos de valor partitivo no PA e no PM. O verbo pedir de + SN foi registrado por nós somente no PA; no PM, confirmamos sua regência como TD através de gramáticas tradicionais. Assim sendo, tanto pedir de + SN, quanto usar de + SN são verbos transitivos diretos com valor partitivo nas duas fases da língua. Nesses casos, o tipo sintático e o significado partitivo dos mesmos se mantiveram. São também fenômenos de retenção.

1.4 - Verbo + de + infinitivo

Outro verbo que ocorreu no PA e no PM com o mesmo tipo de complemento é *dever de*. Conforme os critérios definitórios do OD por nós utilizados, não podemos analisá-lo como TD em nenhuma das duas modalidades de língua.

Como se viu, tanto no PA, quanto no PM, o verbo *dever* admite variação de complemento, podendo ocorrer ligado à forma infinitiva com ou sem o auxílio da preposição *de*: tanto *dever de + infinitivo*, quanto *dever + infinitivo*, são possíveis nos dois períodos em exame. Em ambas as modalidades de língua, o verbo em análise possui valor modal. A presença da preposição parece fortalecer o sentido de 'obrigação' ou 'precisão de resultado'. Já a sua ausência suaviza a obrigatoriedade do fato, indicando 'probabilidade'. Apesar de Nascentes (1967) afirmar que *dever de* hoje em dia desapareceu, segundo nossos dados, esse é um tipo de construção freqüente na LOC.

Também o verbo *prometer* foi considerado TD nas duas modalidades de língua. Observamos, em nossos dados, que este verbo, no PA, aparece sempre ligado à forma infinitiva através da preposição *de*. Seu complemento foi analisado como ODP.

Apesar de *prometer* aparecer ligado diretamente à forma infinitiva, isto é, sem preposição, nos dados do PM, segundo alguns informantes, *prometer de + infinitivo* é forma corrente na língua oral contemporânea. Assim sendo, temos aqui mais um caso de retenção do significado e do tipo sintático.

De acordo com o "corpus" pesquisado, o verbo em exame pode ser caracterizado com TD: no PA seleciona um complemento oracional preposicionado, e no PM, seleciona complementos oracionais preposicionados ou não. Sendo assim, verifica-se a retenção do padrão sintático *V + de + infinitivo*, como também do significado, além da possibilidade de variação no PM.

Todos os verbos ligados a SN's não-oracionais examinados nesta seção selecionam complementos precedidos de preposição. Os verbos *mandar* e *satisfazer* são ligados aos seus complementos

através da preposição a. Já pedir e usar através da preposição de. Desse modo, sendo verbos transitivos diretos, os complementos que os seguem podem ser caracterizados como objetos diretos preposicionados nas duas modalidades em exame.

Vimos, pois, que tanto no PA quanto no PM, o OD pode vir precedido pela preposição a e pela preposição de, esta indicando valor paritativo. Essa constatação vem confirmar a análise tradicional atribuída aos complementos preposicionados de verbos transitivos caracterizados como objetos diretos preposicionados.

Quanto ao verbo começar, parece fora de dúvida que, ligado ao infinitivo através da preposição a e da preposição de, é um auxiliar que forma LV no PA e no PM.

2 - VERBOS QUE SOMENTE OCORRERAM NO PA: CASOS DE MUDANÇA

Os verbos que se seguem ocorreram somente no PA. São verbos que desapareceram no PM ligados a complementos como os que se vê abaixo: **conocer a + infinitivo (ODP)**, **começar de + infinitivo (aux.)**, **costumar de + infinitivo (aux.)**, **desejar de + infinitivo (ODP)**, **ferir de + SN (ODP)**, **ir a + infinitivo (aux.)**, **ousar de + infinitivo (ODP)**, **temer de + infinitivo (ODP)**, **trabalhar-se de + infinitivo (ODP)** e **vir a + infinitivo (aux.)**.

2.1 - Verbo + a + infinitivo

Os verbos **conocer**, **ir** e **vir** apresentaram a estrutura **V + a + infinitivo** no PA. Dentre eles, apenas **conocer** foi caracterizado como TD e seu complemento como objeto direto preposicionado na modalidade em exame. Os verbos **ir + a + infinitivo** e **vir + a + infinitivo** foram analisados como auxiliares. Neste tipo sintático: **V + a + infinitivo**, os verbos acima desapareceram no PM.

2.2 - Verbo + de + SN não-oracional

O verbo *ferir* também ocorreu somente no PA e foi o único verbo que apresentou a estrutura **Verbo + de + SN não-oracional** nessa fase da língua. Foi caracterizado como TD e seu complemento ODP de valor partitivo.

2.3 - Verbo + de + infinitivo

Os verbos *começar de*, *costumar de*, *desejar de*, *entender de*, *ousar de*, *temer de* e *trabalhar-se de* apresentaram a estrutura **Verbo + de + infinitivo** e ocorreram nesse tipo sintático apenas no PA. Dentre eles *desejar*, *entender*, *ousar*, *temer* e *trabalhar-se* foram caracterizados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados na modalidade em análise. Já *costumar de* e *começar de* foram analisados como auxiliares.

Na verdade, os verbos acima se conservam no PM, mas com outros tipos de complementos. Assim, por exemplo, *desejar*, que hoje aparece ligado diretamente a SN's ou a formas infinitivas, aparecia no PA ligado ao seu complemento através da preposição *de*. O tipo sintático em que o referido verbo se manifestava no PA não é o mesmo do PM. Portanto, integrando o tipo sintático **V + de + infinitivo**, o verbo *desejar* desapareceu.

Vimos, pois, que todos os casos analisados na seção 2 acima são fenômenos de mudança.

Em 2.1 os verbos examinados desapareceram integrando a estrutura **V + a + infinitivo**, apesar de esse tipo sintático não ter sido eliminado na língua oral contemporânea.

Em 2.2 tratamos da estrutura **V + de + SN não-oracional** que, como tal, não desapareceu no PM. No entanto, *ferir*, nesta estrutura, não ocorre no PM.

Em 2.3, como se viu, os verbos analisados desapareceram na estrutura V + de + infinitivo, apesar de esse tipo permanecer no PM com outros verbos.

3 - VERBOS QUE OCORRERAM APENAS NO PM: CASOS DE INOVAÇÃO?

3.1 - Verbo + a + SN não-oracional

Os verbos seguintes apareceram seguidos de a + SN simples e ocorreram apenas no PM. Observem-se: amar, ameaçar, apoiar, entender, escutar, marcar, matar, observar, ouvir, prejudicar, presentear, salvar e vencer. Todos os verbos listados foram classificados como transitivos diretos e seus complementos, objetos diretos preposicionados no PM. Essa classificação confirma a análise tradicional a eles atribuída, isto é, verbos seguidos pela preposição a + SN não-oracional, são, de acordo com os critérios adotados, objetos diretos preposicionados não só no PM, mas também no PA, como foi evidenciado na seção 1. Ademais, os complementos preposicionados dos verbos em exame constituem os casos prototípicos do ODP em português. Dito em outros termos, eles englobam os casos em que os SN's envolvidos apresentam traços de animacidade, ou comparatividade, presença de pronomes tônicos, dentre outros.

Os verbos analisados como transitivos diretos no PM, com a estrutura V + a + SN não-oracional, constituem a maioria do total de verbos que admitem objetos diretos preposicionados nessa fase da língua.

Constatamos, ainda, que os verbos examinados na subseção 3.1 constituem inovação no PM, mas o tipo sintático em que eles aparecem já ocorria no PA. Logo, houve inovação lexical e retenção do tipo sintático.

3.2 - Verbo + a + infinitivo

Um verbo do PM apareceu ligado ao infinitivo através da preposição *a*: *conseguir*. A exemplo dos verbos examinados na seção 3.1., o tipo sintático no qual o verbo *conseguir* se manifesta no PM, também ocorria no PA, porém com outros verbos.

3.3 - Verbos seguidos pela preposição *de* + SN não-oracional

Os verbos *conhecer*, *entender*, *pesquisar*, *provar* e *trabalhar* ocorreram ligados a SN's através da preposição *de* no PM. Dentre eles, três foram analisados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados: *conhecer*, *entender* e *provar*. Devemos fazer notar, ainda, que o tipo sintático em que aparecem os verbos em exame se manifestava no PA com outras classes verbais.

3.4 - Verbos seguidos pela preposição *de* + infinitivo

Os verbos seguintes apareceram ligados aos seus complementos através da preposição *de* e só ocorreram no Português Moderno: *agüentar de*, *atrapalhar de*, *cismar de*, *dever de*, *evitar de*, *interessar de*, *inventar de*, *preocupar de* e *resolver de*. Esses verbos conservam o padrão arcaico do tipo sintático *V + de + infinitivo* que desapareceu para determinados verbos na língua contemporânea. (Cf. por exemplo, *ousar de + infinitivo*). De acordo com os critérios definitórios do OD adotados por nós, seis deles podem ser caracterizados como transitivos diretos e seus complementos, objetos diretos preposicionados. Apenas *dever de*, *interessar de* e *preocupar de* não foram caracterizados como transitivos diretos.

Observamos ainda que a maioria dos verbos discutidos nesta sub-seção, e que figuram na estrutura *V + de + infinitivo*, podem também aparecer ligados aos seus complementos sem o

auxílio da preposição *de*. Este último tipo não foi, no entanto, examinado por nós.

Apesar dessa variação existente, mas não analisada, segundo o "corpus" examinado, nesta sub-classe, o complemento precedido de preposição é o mais freqüente. Um verbo como *precismar*, por exemplo, aparece quase sempre ligado ao complemento infinitivo através da preposição *de*.

Resumindo, podemos dizer que os verbos examinados na seção 3 e sub-seções constituem casos de inovação lexical no PM: os verbos mudaram, mas os tipos sintáticos permaneceram.

Diante do exposto, podemos concluir que todos os tipos sintáticos listados no início deste capítulo não sofreram mudanças. A mudança se processou apenas a nível lexical.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi examinar a ocorrência dos complementos preposicionados no sintagma verbal do português em duas fases da língua, a saber, Português Moderno e Português Antigo, com o intento de evidenciar possíveis mudanças ou fenômenos de retenção que pudessem ter ocorrido envolvendo os mesmos.

Tratamos, numa fase inicial, dos complementos que a gramática tradicional portuguesa intitula "Objeto Direto Preposicionado", isto é, de complementos que são precedidos pela preposição *a*, em seguida a um verbo, configurando a estrutura *V + a + SN*.

Para investigarmos tais complementos necessário foi partirmos de uma conceituação de objeto direto que, à maneira da apresentada por Perini (1989), e por alguns gramáticos portugueses, faz uso de um conjunto de traços sintáticos.

Os dados, coletados em textos entendidos como representativos das duas modalidades de língua, nos forneceram uma lista de verbos ligados aos complementos através da preposição *a* e *de*. Alguns gramáticos, como Carlos Góis, Celso Luft, admitem que a

preposição do chamado "Objeto Direto Preposicionado" pode ser de, além de a. Daí termos listado também os complementos precedidos por de. Relacionamos aqueles que suspeitávamos vir ligados a verbos transitivos diretos.

Para atingir nosso objetivo tentamos caracterizar tais complementos como objeto direto preposicionado (ou não) nas duas fases da língua e para tanto utilizamos os testes definitórios do objeto direto citados acima.

Verificamos que os complementos preposicionados manifestam mais três tipos sintáticos (além de V + a + SN), de acordo com o tipo de complemento (SN oracional ou não) e com a preposição (a ou de) que neles figura, perfazendo ao todo quatro tipos:

- (1) V + a + SN não-oracional
- (2) V + a + infinitivo
- (3) V + de + SN não-oracional
- (4) V + de + infinitivo

Na parte diacrônica, comparamos as análises propostas para os complementos preposicionados nos dois períodos de língua, conforme metodologia de trabalho diacrônico sugerida por Bynon (1977), para o tratamento de mudanças lingüísticas analisados a 'posteriori'.

Das análises apresentadas pode-se concluir que:

- 1) Com relação aos tipos sintáticos V + a + SN e V + de + SN não-oracional

O Objeto Direto Preposicionado, tal como o entendem os gramáticos tradicionais, isto é, o que apresenta o tipo sintático V + a + SN não-oracional existe tanto no período arcaico, quanto no período moderno da língua portuguesa. Não confirmamos, no entanto, o ponto de vista de Ramos (1989), de que tal tipo de

complemento tende a ser menos produtivo na língua contemporânea.

Quanto ao Objeto Direto Preposicionado (do tipo V + de + SN não-oracional) com valor partitivo, já registrado por Carlos Góis, Celso Luft, Cláudio Brandão e Eduardo Carlos Pereira, também este ocorreu nas duas modalidades de língua.

Vê-se, portanto, que o objeto direto preposicionado tradicional se mantém na língua portuguesa. Os mesmos tipos sintáticos permaneceram: V + a + SN não-oracional e V + de + SN não-oracional, tendo havido alteração apenas no verbo que aparece preenchendo tais posições, quando a preposição é a. Quando a preposição é de, os tipos sintáticos e os verbos permaneceram, à exceção de ferir + de + SN que, nesse tipo sintático, não figura na língua moderna.

Como se viu, a aplicação de testes que comprovassem ou não o "status" de objeto direto dos complementos preposicionados foi o fundamento de nossa análise. Lembramos, ainda, que analisamos o complemento em questão como objeto direto apenas quando a maioria dos critérios produziu sentenças plausíveis. Consideraremos, em seguida, cada um deles separadamente, comentando a validade de sua aplicação para os dados analisados.

A substituição pronominal (Critério I) tem sido considerada como um dos testes caracterizadores de um SN como objeto direto ou não. Assim, as formas pronominais oblíquas o, a, os, as substituiriam, em princípio, SN's não-oracionais, que podem flexionar-se de acordo com gênero e número. Para os tipos sintáticos (1) e (3) — não-oracionais —, arrolados acima, a substituição pronominal deu bons resultados, mesmo sendo o SN original precedido pelas preposições a e de. Nesses casos, a preposição parece ser vazia de significado, pelo fato mesmo de poder, juntamente com o SN que a segue, ser substituída por o, a, os, as. De, no entanto, nas construções partitivas parece não ser tão vazia, pois tem um significado partitivo. Mesmo assim, pôde ser substituída pela forma pronominal juntamente com o SN.

Quanto à aplicação desse teste para a língua arcaica, consideramo-la válida, já que nessa modalidade de língua o, a, os, as (e variantes) são também substitutos de SN (Cf. Mattos e Silva, 1989:212).

A possibilidade de passivização (Critério II), apesar de ser considerada como reveladora da existência do objeto direto pela gramática tradicional portuguesa, apresenta muitas restrições, dentre outras, o fato de muitos verbos indubitavelmente transitivos diretos não se passivizarem. Por outro lado, há verbos transitivos indireto que podem ser passivizados.

Nos nossos dados, o teste da passiva não culminou em sentenças aceitáveis, para os tipos (1) e (3) (à exceção de mandar, do PA, que teve interpretação duvidosa). Atribuímos a má configuração das sentenças passivizadas à presença da preposição precedendo o constituinte que veio a ocupar a posição do sujeito, mas há, certamente, outros fatores contribuindo para tais formações.

Mesmo sendo este um teste fraco para os objetivos propostos, a análise dos tipos V + a + SN e V + de + SN, não-oracionais, como objeto direto pôde ser mantida, já que os outros três testes deram resultados aceitáveis.

A retomada dos constituintes em questão pelas formas que/quem, em interrogativas (Critério III), deu sempre resultados aceitáveis, no entanto, como se pôde observar, os SN's interrogados poderiam também admitir, em muitos casos, na pergunta, a preposição.

Também no PA, os SN's podem ser interrogados através de que/quem na posição de sujeito e de objeto direto (Cohen, 1990).

A anteposição (Critério IV) do SN objeto para o início da oração da qual faz parte pode ocorrer sem prejuízo de sentido, nas duas modalidades de língua, mesmo vindo este precedido de preposição. Na verdade, na língua contemporânea, a anteposição é um dos ambientes em que a preposição pode não ocorrer junto ao SN movido.

Como se pôde observar, cada um dos testes, isoladamente, não teria força suficiente para caracterizar um objeto direto, mas usados em conjunto constituem um dispositivo relativamente seguro para essa finalidade.

2) Com relação aos tipos sintáticos V + a + infinitivo e V + de + infinitivo.

Além dos tipos V + a + SN e V + de + SN não-oracionais, comentados acima, os dados apresentaram também os tipos (2) e (4), isto é, V + a + infinitivo e V + de + infinitivo. Dos dois, o mais freqüente é o segundo, sendo que tanto no Português Moderno, quanto no Português Antigo este tipo admite a análise de objeto direto preposicionado. Se esta análise a eles atribuída é válida, então temos na língua portuguesa antiga e moderna complementos oracionais precedidos por de que são objeto direto.

Quanto aos testes aplicados a esses dois tipos, gostaríamos de ressaltar os seguintes pontos:

- a) admitimos a forma pronominal neutra o (= isso) como substituta para os SN's oracionais em questão. A esse respeito, também nessas estruturas, como naquelas V + a + SN e V + de + SN, não-oracionais, comentadas acima, a preposição foi considerada por-nós vazia de significado e, portanto, como parte do SN que a domina;
- b) quanto ao teste da passiva, como já foi dito, também para os tipos oracionais, revelou-se como um critério fraco para caracterizar o objeto direto;
- c) quanto à retomada pronominal, apenas a forma que, e nunca quem, foi admitida nas formas interrogativas, o que deriva do fato de o SN ser oracional;
- d) quanto à anteposição, os mesmos comentários feitos para os tipos não-oracionais são válidos para os oracionais.

A dicotomia verbo transitivo direto e indireto, por um lado, e, verbo auxiliar e transitivo por outro, subjaz à discussão

levada a efeito para os tipos sintáticos oracionais. Como se viu, a partir do Capítulo III, foram objeto de análise complementos verbais oracionais e preposicionais que, pareceram, à primeira vista, estruturalmente semelhantes. A análise desenvolvida evidenciou, no entanto, diferenças entre os mesmos: alguns foram classificados como transitivos indiretos, outros, diretos e ainda outros, auxiliares.

3) Com relação à análise diacrônica.

Diacronicamente foram identificados fenômenos de retenção e de mudança. Os de retenção se manifestaram tanto no nível estrutural, quanto no lexical. Por outro lado, os de mudança envolveram apenas itens lexicais, tanto nas perdas, quanto nas inovações. Como exemplo de perdas temos verbos como *ousar de*, *começar de*, *desejar de*, *costumar de*, dentre outros, que desapareceram integrando o tipo sintático *V + de + infinitivo*, mas aparecem na língua contemporânea em outros ambientes. Este tipo sintático, por sua vez, permanece com outros itens léxicos.

Quanto às inovações, estas também se revelaram no léxico: *agüentar de*, *cismar de*, *evitar de*, dentre outros, conservam o tipo sintático arcaico, mais inovam lexicalmente. Devemos fazer notar que esse tipo sintático que, à primeira vista, parece "sub-standard" revelou-se, pelos nossos dados, como uma estrutura arcaica.

4) Comentários finais

Esperamos, com esta pesquisa, ter contribuído para os estudos da Sintaxe Histórica Portuguesa, através da análise dos complementos verbais preposicionados nos quais figuram *a* e *de*, especialmente por termos evidenciado a permanência — na língua moderna — de tipos sintáticos já existentes na língua arcaica, bem como perdas e inovações de itens lexicais ocorrentes nessas estruturas.

Apresentamos uma análise que pretendeu sistematizar os tipos de complementos preposicionados do Sintagma Verbal em

dois estágios da Língua Portuguesa. Tal sistematização foi possível por termos trabalhado com dados históricos que formaram, na medida das limitações inerentes a toda pesquisa histórica, um "corpus" coerente, condição "sine qua non" para toda a discussão apresentada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Napoleão (1985). Gramática Metódica da Língua Portuguesa, Edição Saraiva, São Paulo.
- ALONSO, Martim (1968). Gramática del español Introducci6n al estudio de la lengua, Ediciones Guadarrama S.A., Madrid.
- ALONSO, Martín (1961). Evolución sintáctica en español. Aguilar, Madrid.
- BECHARA, Evanildo (1968). Moderna Gramática Portuguesa, Editora Nacional, São Paulo.
- BOURCIEZ, Édouard (1967). Éléments de Linguistique Romane, Librairie C. Klincksieck, Paris.
- BRANDÃO, Cláudio (1963). Sintaxe Clássica Portuguesa, UFMG, Belo Horizonte.
- BYNON, Theodora (1985). "Syntactic Reconstruction: A Case Study" in Hattori Inque Proceedings Of the XIII International Congress of Linguists, Tokyo.
- _____ (1977). Historical Linguistics.
- BUENO, Silveira (1967). Estudos de Filologia Portuguesa, EDIÇÃO SARAIVA, São Paulo.
- _____ (1941). Antologia Arcaica, Trechos em Prosa e Verso, Coligados em obras do século VIII ao século XVI, Livraria Acadêmica, São Paulo.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1964). Dicionário de Filologia e Gramática, J. Ozon Editor, Rio de Janeiro.

- ____ (1976). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão Livraria Editora Ltda, Rio de Janeiro.
- ____ *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, Livraria Clássica Editora.
- COHEN, Maria Antonieta (1990). *Syntactic Change in Portuguese Relative Clauses and the Position of the Adjective in the Noun Phrase*, Tese de Doutorado (inérita), Estadual de Campinas, São Paulo.
- COHEN, Maria Antonieta (1981). *Orações Relativas em Português Registro Formal e Informal*, Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- CONTRERAS, Heles (1978). *El orden de palabras en español*, Cátedra, Madrid.
- COUTINHO, Ismael (1976). *Pontos de Gramática Histórica*, Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro.
- CRYSTAL, David (1988). *Dicionário de Lingüística e Fonética*. (Tradução e adaptação: Maria Carmelita Pádua Dias, PUC - RJ) Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- CUNHA, Celso (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro.
- DIAS, Epiphânio (1959). *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira, Lisboa.
- ELIAS, Silvio (1970). *Preparação à Lingüística Românica*, Ao Livro técnico S.A., Rio de Janeiro.
- ERNOUT Alfred e THOMAS François (1953). *Syntaxe latine*, Librairie C. Klincksieck, Paris.
- FÁVERO, Leonor "Complementos Verbais regidos de Preposição" in *Cadernos PUC Vol. 8 Arte e Linguagem*. Milesi, Editora Ltda, São Paulo.
- FERNANDES, Francisco (1967). *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Porto Alegre.
- GILI Y GAYA, Samuel (1955). *Curso Superior de Sintaxis Española*, Publicaciones SPES, Barcelona.

- ____ (1969). *Curso Superior de Sintaxis Española*, Editora de las Publicaciones Spes y Vox, Barcelona.
- GRANDGENT, C.H. (1922). *Introducción ao Latin Vulgar*, (tradução corrigida e aumentada por Francisco de B. Moll), Madri.
- GÓIS, Carlos (1945). *Sintaxe de Regência*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, M. Nazaré (1985). *Sintaxe das Preposições - seu valor na estrutura sintagmática portuguesa*, Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- GIVÓN, T. (1984). *Syntax A Functional - Typological Introduction*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.
- HERCULANO Alexandre. *Chronicas Breves e Memórias de Santa Cruz de Coimbra*.
- HILLS, E. C. (1920). "The Accusative a" *Hispania*, 3.
- HÜBER, Joseph (1933). *Gramática do Português Antigo*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Tradução do original alemão intitulado *Altportugiesisches Elementarbuch*. Carl Winters Universitätsbuchhandlung, Heidelberg.
- Maurer, Th. H. (1962). *O Problema do Latim Vulgar*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
- KOCH, Ingedore (1977). *Os Sintagmas Preposicionais como Modificadores Nominais*, Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo.
- KURY, Adriano da Gama (1985). *Novas Lições de Análise Sintática*, Editora Ática, São Paulo.
- LAPA, Rodrigues (1973). *Estilística da Língua Portuguesa*, Acadêmica, Rio de Janeiro.
- LAPESA, Rafael (1964). "Los casos latinos: restos sintacticos y sustitutos en español", *Boletín de la Real Academia Española*, tomo 44, Cuad. 171.
- LIMA, Rocha (1976). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.

- LOIS, Ximena (1982). Sur L'accusatif Prepositionnel, Mémoire de Maîtrise Département de Linguistique Générale Université de Paris VIII.
- LOBATO, Maria Lúcia (1986). *Sintaxe Gerativa do Português da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*, Editora Virgílica, Belo Horizonte.
- LOPES, Fernão. *Cronica d'ElRei Dom Joham, Entwiste, W* (1945).
- LÜBKE, Meyer (1900). *Grammatik der ramanischen Sprachen*, (III, 371).
- LUFT, Celso Pedro (1983). *Moderna Gramática Brasileira*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- LUJÁN, Marta (1978). "Direct Object Nouns and Preposition a in Spanish", *Texas Linguistic Forum*, 10.
- MACIEL, Maximino (1914). *Gramática Descritiva*, Francisco Alves e Cia.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (1989). *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MATTOSO, José (1983). *Narrativa dos Livros de Linhagens*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MEIER, Harri (1948). "Sobre as origens do acusativo preposicional nas linguas românicas", in *Ensaio de Filologia Românica*, Editorial Império Ltda, Lisboa.
- _____ (1947). "O Problema do acusativo preposicional no catalão", *Boletim de Filologia*, 8.
- MELO, Gladstone Chaves de (1971). *Introdução à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, Acadêmica, Rio de Janeiro.
- MIAZZI, Maria Luisa. *Introdução à Lingüística Românica. História e métodos*. Editora Cultrix Ltda, São Paulo.
- MARTÍN ZORRAQUINO, M. Antonia (1976). "A + objeto directo en el Cantar de mio Cid", *Mélanges Carl Theodor Gossen II*, Bern, Francke Verlag.

- NARO, Antony J. 'The Social Structural Dimensions of Syntactic Change', *Language* 57.
- NASCENTES, Antenor (1968). *O Problema da Regência*, Livraria Freitas Bastos S.A., Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, Milton do (1980). *Sobre a semântica da Passiva*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG.
- NETO, Serafim (1942). *Manual de Gramática Histórica Portuguesa*, Companhia Editora Nacional.
- NICULESCU, Alexandre (1959). "Sur l'objet direct pré positionnel dans les langues romanes", *Recueil d'études romanes*, Bucarest.
- NUNES, J.J. (1953). *Crestomatia Arcaica Excertos da Literatura Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.
- _____. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.
- NURC/SP, Projeto. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, Vol. III - Entrevistas, FAPESP, São Paulo.
- PAIVA, Dulce (1988). *História da Língua Portuguesa*, II, Século XV e meados do Século XVI, Editora Ática S.A., São Paulo.
- PEREIRA, Eduardo (1927). *Gramática Histórica*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- PERINI, Mário (1989). *Sintaxe Portuguesa Metodologia e Funções*, Editora Ática, São Paulo.
- _____. (1976). *Gramática do Infinitivo Português*, Editora Vozes, Petrópolis.
- PIDAL, M. (1976). *Textos Medievales Españoles*, ESPASA, CALPE, Madrid.
- PONTES, Eunice (1973). *Verbos Auxiliares em Português*, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- _____. (1972). *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*, Vozes, Petrópolis.
- REAL, Academia Española (1973). *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española*, Madrid.

RIBEIRO, João. Rudimentos de Filologia Românica, Ozon Editor, Rio de Janeiro.

____ (1928). Gramática de la Lengua Española, Librería y Casa Editorial Hernando (S.A.), Madrid.

ROCHA, A. Abreu (1984). "Regência" in Gramática e Linguagem, Vega/Novo Espaço, Belo Horizonte.

RÖHLFS, Gérard (1971). "L'Accusatif prépositionnel dans les langues romanes", Revue de Linguistique Romane, 35.

ROSS, John R. (1967). Constraints on variables in Syntax, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.

SABINO, Fernando (1989). De cabeça para baixo, Editora Record, Rio de Janeiro.

SAID ALL, Manuel (1964). Gramática Histórica da Língua Portuguesa, Edições Melhoramentos, São Paulo.

____ (1957). Dificuldades da Língua Portuguesa, Acadêmica, Rio de Janeiro.

SECO, Manuel (1972). Gramática Essencial de Español Introducción al estudio de la lengua, Auilar S.A. de ediciones.

SOUSA da Silveira (1972). Lições de Português, Livros de Portugal, Rio de Janeiro.

TARALLO, Fernando (1990). Tempos Lingüísticos. Itinerário Histórico da Língua Portuguesa, Editora Ática, São Paulo.

____ (Org.) (1989). Fotografias Sociolingüísticas, Pontes Editores, São Paulo.

THOMAS, Earl W. (1968). The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese, Vanderbilt University Press, Nashville.

VASCONCELOS, José Leite de (1959). Lições de Filologia Portuguesa, Livros de Portugal, Rio de Janeiro.

____ (1922). Textos Arcaicos, Livraria Clássica Editora.

Lista das Abreviaturas Utilizadas

AUX (Auxiliar)

LFC (Língua Falada Culta)

LOC (Língua Oral Contemporânea)

LV (Locução Verbal)

OD (Objeto Direto)

ODP (Objeto Direto Preposicionado)

PA (Português Antigo)

PM (Português Moderno)

P (Preposição)

S (Sentença)

SN (Sintagma Nominal)

SV (Sintagma Verbal)

TD (Transitivo Direto)

V (Verbo)

